

## ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E A CONTRIBUIÇÃO DO MANUÁRIO ACADÊMICO

### DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES, POSSIBILITIES, AND THE CONTRIBUTION OF *MANUÁRIO ACADÊMICO*

Janete Mandelblatt<sup>14</sup>

Wilma Favorito<sup>15</sup>

#### RESUMO

Este trabalho visa analisar condições de ensino e aprendizagem oferecidas aos alunos surdos pelas instituições de Ensino Superior no nosso país. Comentamos lacunas e obstáculos em seu cotidiano de estudos e apresentamos recursos, medidas e procedimentos utilizados no Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos, visando reduzir entraves na vivência acadêmica desses estudantes. Entre as ferramentas pedagógicas utilizadas, destacamos o *Manuário Acadêmico e Escolar*, dicionário terminológico bilíngue (Libras/Português), *online*, em construção, com sinais específicos das áreas de Pedagogia e de Ensino. Esperamos dialogar com outros pesquisadores e autores, contribuindo, assim, para novas reflexões acerca do cenário atual da educação de surdos brasileiros.

**Palavras-chave:** Educação de surdos. Universitários surdos. Cidadania bilíngue. Letramento bilíngue. Letramento acadêmico.

#### ABSTRACT

This work aims to analyze teaching and learning conditions offered to deaf students by Higher Education institutions in our country. We comment on gaps and hindrances in their daily study routines, and describe resources, measures and procedures used in the Higher Education Department of the National Institute for the Education of the Deaf (INES) with the intent to reduce obstacles in those students' academic experience. Among the pedagogic tools here presented, we highlight the *Manuário Acadêmico e Escolar*, an online bilingual terminological dictionary (Libras/Portuguese), under construction, with specific signs related to the areas of Pedagogy and Teaching. We hope to dialogue with other researchers and authors, thus contributing to new reflections on the current scenario of deaf education in Brazil.

**Keywords:** Deaf Education. Deaf university students. Bilingual citizenship. Bilingual literacy. Academic literacy.

---

<sup>14</sup>Professora doutora associada do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), [janete.mandelblatt@gmail.com](mailto:janete.mandelblatt@gmail.com), Orcid [0000-0001-8579-891X](https://orcid.org/0000-0001-8579-891X).

<sup>15</sup>Professora doutora associada do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), [wilma.favorito@gmail.com](mailto:wilma.favorito@gmail.com), Orcid [0000-0002-2419-4618](https://orcid.org/0000-0002-2419-4618).

## INTRODUÇÃO<sup>16</sup>

A educação é um direito civil em nosso país e o Estado tem o dever de oferecê-la a todos os cidadãos nos seus diversos níveis e modalidades. Nesse sentido, apesar de o país ainda estar muito longe de atender plenamente a esse direito, nas três últimas décadas, seguindo compromissos nacionais e internacionais, o Estado brasileiro tem formulado e implementado políticas públicas visando a inclusão educacional das pessoas consideradas com deficiência, assim como de minorias étnicas, linguísticas e/ou identitárias e de educandos com dificuldades de aprendizagem em geral.<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo, com a multiplicação dos movimentos sociais populares no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, minorias historicamente prejudicadas passaram a batalhar pelo reconhecimento social e cultural e pela conquista de seus direitos, através de organizações que foram, aos poucos, se convertendo em espaço efetivo de luta social pela transformação do sistema político.<sup>18</sup>

Entre outros segmentos da sociedade, a comunidade surda se estruturou em torno de interesses coletivos nos chamados Movimentos Surdos, logrando êxito, nos anos seguintes, em importantes reivindicações relacionadas às áreas linguística e educacional. Destacam-se: 1) o reconhecimento e a oficialização da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legítimo de comunicação dos surdos; 2) o direito de receber educação através de uma prática pedagógica bilíngue, considerando-se, para eles, a Libras como primeira língua (L1) e o Português escrito a segunda (L2); e 3) a garantia da presença de intérpretes de Libras, atuando junto aos professores, nas aulas em que estes ainda não dominem a língua de sinais.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup>O breve histórico dos Movimentos Surdos e de suas conquistas em políticas públicas para a educação de surdos apresentado neste artigo pode ser complementado pela leitura da tese de doutorado de MANDELBLATT (2014).

<sup>17</sup>Referimo-nos aos compromissos assumidos pelo Brasil após participar de duas Conferências Mundiais organizadas pela UNESCO: em 1990, na Tailândia, sobre Educação para Todos, e em 1994, na Espanha, sobre Necessidades Educacionais Especiais. E também à Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), com base nos direitos humanos e no conceito de cidadania estipulados na Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e da qual o Brasil é signatário.

<sup>18</sup>A esse respeito, sugere-se a leitura de DAGNINO (1994), SADER (1998), AVRITZER (2002), entre outros.

<sup>19</sup>Direitos assegurados pela Lei nº 10.436, de 24/04/2002, e regulamentados pelo Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

Para que essas conquistas pudessem ser efetivadas, medidas foram tomadas, tanto para prover apoio em serviço a profissionais já atuantes na Educação Básica à época da promulgação da então recente legislação, quanto para adequar a formação de novos docentes e intérpretes. O objetivo era prepará-los linguisticamente, cultural e pedagogicamente para trabalhar com crianças, jovens e adultos surdos em instituições de ensino, rompendo tradicionais barreiras comunicacionais pedagógicas e atitudinais. E tendo sido decretada a introdução obrigatória do ensino de Libras nos cursos de graduação em Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério e optativa nos demais cursos superiores de Educação,<sup>20</sup> providências foram tomadas, também, para deslançar o processo de formação inicial e continuada de professores, em nível superior, para preencher vagas para essa docência.

Todavia, se os passos acima indicados, por um lado, representaram um avanço importante no intuito de tornar a nossa sociedade mais democrática e menos excludente, por outro, o fato de se dispor de normas jurídicas favorecendo a inclusão educacional da comunidade surda (ou de outra qualquer) não garante, por si só, que a inclusão aconteça como objetivada no texto de uma ou mais leis ou no projeto de uma ação delas decorrente. Um olhar atento à atual realidade educacional brasileira revela que, 20 anos depois da conquista formal da cidadania bilíngue, ainda há muito que se fazer para se assegurar às pessoas surdas a igualdade e equidade preconizadas nos instrumentos legais aqui apontados. No caso específico da Educação Superior, objeto central deste texto, ingressar, permanecer e concluir com bom aproveitamento um curso universitário continua a ser um grande desafio para pessoas surdas, de um modo geral.

Neste artigo, tendo como pano de fundo marcos legais e políticas públicas educacionais elaboradas e implementadas a partir dos anos 2000, abordamos questões referentes à presença de estudantes surdos no Ensino Superior no Brasil nos dias de hoje. Relatamos condições que geralmente se lhes apresentam nesse nível da educação brasileira, destacando o Curso Bilíngue de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, responsável desde 2006 pela formação de...

---

<sup>20</sup>Medidas tomadas a partir dos mesmos instrumentos legais citados acima.

...PEDAGOGOS E PEDAGOGAS surdos e ouvintes, em uma perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e intercultural, para atuar na área da docência (educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), na gestão educacional e na educação em espaços não escolares. (PPC DO CURSO/2017-2019, p. 7).<sup>21</sup>

Comentamos, por um lado, lacunas e obstáculos presentes no cotidiano de estudos de alunos surdos, especialmente as dificuldades associadas a um processo de letramento bilíngue mais bem cuidado desde o início de seus estudos e de um letramento acadêmico voltado às especificidades linguísticas e pedagógicas dos surdos que chegam ao Ensino Superior. Por outro, apresentamos condições, recursos humanos e materiais, medidas e procedimentos utilizados no Departamento de Ensino Superior (DESU), responsável pelo referido curso do INES, visando reduzir entraves e tornar a vivência acadêmica desses estudantes mais vibrante, proveitosa e produtiva.

Entre as ferramentas pedagógicas utilizadas por docentes, discentes e intérpretes nesse processo, destacamos o *Manuário Acadêmico e Escolar*, dicionário terminológico bilíngue (Libras-Português), em constante construção, produzido por um grupo de pesquisa do DESU / INES, sob a coordenação das autoras deste artigo e disponibilizado *online* para o público em geral,<sup>22</sup> com sinais especificamente relacionados à área de Pedagogia e disciplinas afins.

Esperamos, com este trabalho, dialogar com outros pesquisadores e autores e, deste modo, contribuir, dentro de nossas possibilidades, para novas reflexões acerca do cenário atual da educação de surdos brasileiros.

## 1- A CONQUISTA DA CIDADANIA BILÍNGUE NA ÁREA EDUCACIONAL

No início do novo milênio, enquanto os Movimentos Surdos cresciam e se fortaleciam em busca de suas reivindicações (BRITO, 2019), e já como primeiros resultados de sua atuação, foram promovidos pelo MEC, com verbas do Fundo Nacional de

---

<sup>21</sup>Para mais informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC) do INES, ver: [http://www.ines.gov.br/images/desu/2019/Projeto-Pedaggico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-PPC-2019\\_27\\_06novo.pdf](http://www.ines.gov.br/images/desu/2019/Projeto-Pedaggico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-PPC-2019_27_06novo.pdf).

<sup>22</sup>O *Manuário*, cuja estrutura será tratada mais adiante, pode ser acessado através do site [www.manuario.com.br](http://www.manuario.com.br).

Desenvolvimento da Educação (FNDE) e apoio de alguns parceiros,<sup>23</sup> os primeiros programas de divulgação e ensino básico da Língua Brasileira de Sinais para professores em serviço nas redes públicas de educação em todo o país. Ofertando cursos de curta duração, tais programas atingiram, apenas entre 2001 e 2003, um público de mais de 3.500 cursistas, viabilizando uma primeira aproximação desses profissionais com a língua de sinais e com as especificidades da educação de surdos – requisitos fundamentais (embora apenas iniciais) para se receber o aluno surdo na escola.

Em seguida, foram instituídas as primeiras políticas de democratização do ingresso e da permanência, com acessibilidade, das pessoas surdas no Ensino Superior. Nesse sentido, visando graduar e licenciar professores (surdos, preferencialmente), para lecionar Língua Brasileira de Sinais nas escolas e no Ensino Superior, foi lançado, em 2006, com aporte financeiro do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Curso de Graduação em Letras-Libras, Licenciatura, na modalidade semipresencial (Educação a Distância - EaD), em rede nacional, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do MEC.<sup>24</sup>

Sediado, promovido e coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e envolvendo 9 polos em instituições públicas de Educação Superior em diferentes regiões do país, o curso teve, inicialmente, duas edições, abrindo, na segunda, em 2008, vagas também para Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras.<sup>25</sup> Somando 1.350 matrículas, o Letras-Libras nesse formato graduou entre 2010 e 2012 um total de 1.079 novos profissionais, entre eles 678 surdos, sendo 677 professores de Libras e 1 Tradutor-Intérprete.<sup>26</sup>

Desde 2009 o Letras-Libras da UFSC, Bacharelado e Licenciatura, passou a funcionar igualmente na modalidade presencial, tendo se tornado um curso regular dessa

---

<sup>23</sup>Parcerias foram feitas com a Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e com a Universidade de Brasília (UnB).

<sup>24</sup> A UAB foi instituída pelo Decreto nº 5.800, de 08/06/2006, com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no país (enfocando a graduação e licenciatura de professores da Educação Básica) por meio de educação a distância.

<sup>25</sup>A profissão de tradutor-intérprete de Libras, entretanto, só viria a ser regulamentada anos depois, através da Lei Federal nº 12.319, de 01/09/2010.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)

<sup>26</sup> Informações obtidas da Coordenadoria do Curso de Letras-Libras da UFSC.

universidade. E, a partir de 2010, o mesmo curso foi aberto em outras instituições públicas educacionais, colocando professores de Libras e intérpretes no mercado de trabalho então (e ainda agora) carente de pessoas habilitadas ou com formação para cumprir essas funções.

Em paralelo à formação de novos profissionais, foi instituído, também em 2006, o exame Prolibras, através do qual o Ministério da Educação, durante alguns anos, certificou nacionalmente a proficiência de docentes e tradutores-intérpretes desse idioma que já atuavam antes da promulgação e regulamentação da Lei de Libras, garantindo-lhes a possibilidade de continuarem a exercer suas funções laborais.<sup>27</sup>

Em relação à formação de novos professores para a Educação Básica de surdos, outra grande iniciativa foi tomada: ainda em 2005, foi autorizada pelo MEC a abertura de um Curso Normal Superior especificamente com esse objetivo.<sup>28</sup> Iniciado em maio de 2006 e, em seguida, transformado no atual Curso Bilíngue (Português-Libras) de Pedagogia no Departamento de Ensino Superior (DESU) do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, esse curso se constituiu na primeira graduação e licenciatura na América Latina com 50% de reserva de vagas para o ingresso de alunos surdos, exame seletivo (vestibular) em Libras e em Português escrito e grade curricular contemplando temas relativos à educação bilíngue de surdos. Desde o início até os dias de hoje, a graduação do INES recebeu o ingresso de 875 estudantes, sendo 300 surdos, 571 ouvintes e 4 portadores de necessidades especiais (PNE).

Objetivando aumentar o número de pedagogos bilíngues profissionais no país, principalmente surdos, em agosto de 2012, a convite do MEC e com base no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite,<sup>29</sup> o INES assumiu mais uma responsabilidade: a de criar, centralizar e gerir a modalidade *online* de seu Curso de Pedagogia. Iniciada em 2018, essa modalidade de estudos na graduação do INES conta, em 2020, segundo informações da secretaria do Curso, com 518 alunos, sendo 218 surdos e 308 ouvintes, distribuídos em 13 polos localizados nas 5 regiões brasileiras.

<sup>27</sup> Portaria Normativa do MEC nº 11, de 09/08/2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 10/08/2006.

<sup>28</sup> A proposta para instalar um curso de nível superior no INES pela primeira vez em sua história incluía a criação de uma instância institucional denominada Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE) que, entre outras ações, abrigaria o nascente Curso Normal Superior. Entretanto, essa estrutura não se consolidou e, além da transformação do Curso Normal em Licenciatura em Pedagogia, conforme relatado a seguir, este passou a integrar um novo departamento na instituição, o Departamento de Ensino Superior (DESU), criado em 2009.

<sup>29</sup> Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.

No nível da Especialização, entre 2008 e 2012 foram lançadas, no INES, duas edições do curso “Surdez e letramento nos anos iniciais para crianças e EJA”, realizadas em convênio com o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). Em 2012 o Instituto passou a ofertar o curso “Educação de surdos: uma perspectiva bilíngue em construção”, hoje em andamento com a sua quinta turma, iniciada este ano (2020). E em 2018 inaugurou-se o curso “Língua Portuguesa: leitura e escrita no ensino de surdos”, atualmente na sua segunda edição. Em todos esses cursos de especialização foram mantidas tanto a reserva de 50% de vagas para pessoas surdas quanto o ambiente bilíngue existente nos cursos de graduação online e presencial.

Mais recentemente, em 2018, seguindo as metas traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional do INES (PDI de 2012 a 2016), foi aprovada pela CAPES a proposta do DESU de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue.<sup>30</sup> O curso, que se estrutura em três linhas de pesquisa (Educação de Surdos e suas Interfaces; Língua e Linguagem; e Memória, Marcadores Linguísticos, Culturais e Territoriais), teve seu início alterado de março para setembro de 2020 em função da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Todas as ações acima elencadas só foram possíveis graças às políticas de democratização e expansão do acesso ao Ensino Superior criadas e implementadas no país, sobretudo nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). No caso do INES, somando-se ao pequeno grupo de docentes efetivos existente desde 2007, a Educação Superior no Instituto passou a contar, através de concursos públicos a partir do final de 2014, com um quadro de 37 professores efetivos, sendo 6 surdos e 31 ouvintes, e com uma equipe de 30 tradutores intérpretes, igualmente concursados.

Levantamentos oficiais e de pesquisadores autônomos comprovam os resultados positivos desses esforços no INES e pelo país afora. Enquanto em 2003 o total de surdos universitários no Brasil, de acordo com o MEC, era de apenas 665 alunos, o Censo do Ensino Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), informa que em 2017 esse total havia passado para 7.681 estudantes,

---

<sup>30</sup>Para mais detalhes, ver: <http://www.ines.gov.br/pos-graduacao-stricto-sensu-mestrado>

sendo 2.138 autotransclassificados como surdos, 5.404 como deficientes auditivos e 139 como surdocegos.<sup>31</sup>

Complementando esses dados, pesquisa de Monteiro (2018),<sup>32</sup> detalha a recente evolução do número de concluintes surdos na pós-graduação nas universidades em geral. Segundo esse trabalho, enquanto em 2002 tínhamos no Brasil apenas 3 mestres surdos, diplomados pela UFRGS na área da Educação (Gladis Perlin, Wilson Miranda e Silvia Witkosky), à época da pesquisa (julho de 2016) o total já chegava a 127 mestres em áreas variadas e em diferentes instituições públicas do país. E enquanto em 2003 passamos a ter a primeira doutora surda (Gladis Perlin) e, em 2007, o segundo (Wilson Miranda), ambos pela UFRGS e em Educação, em julho de 2016 já havia 21 doutores surdos brasileiros em áreas como Saúde, Tradução, Linguística, Psicologia, Administração de Empresas, Ciência da Computação, entre outras, além de Educação. Quanto aos pós-doutores, a pesquisa aponta apenas 3 registros até o ano de 2016 (Stumpf, Witkosky e Perlin), os três em Educação.

A partir dos anos 2000, portanto, verifica-se gradativo, porém crescente aumento de mestres e doutores surdos, fruto das lutas dessa comunidade por ampliação de seu direito à educação e das ações e políticas públicas produzidas como resultado ao pleito desses cidadãos.

Entretanto, os esforços governamentais em favor do ingresso de estudantes antes quase que inteiramente excluídos das universidades geraram um novo desafio já vivido (e ainda não solucionado) na Educação Básica brasileira muitas décadas atrás: a permanência desses estudantes nos contextos acadêmicos com bom aproveitamento nos estudos, assunto da nossa próxima seção.

## 2 - ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIFICULDADES E DESAFIOS

Ingressar em um curso universitário, principalmente nas instituições federais, e nele permanecer com sucesso, até o final dos estudos, graduando-se numa profissão, é um grande desafio para a maioria dos jovens brasileiros, especialmente para os oriundos das

---

<sup>31</sup>Dados da Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED INEP MEC, setembro de 2018, disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>

<sup>32</sup>Pesquisadora surda, professora da UFRJ e mestre em Linguística pela UFSC.



classes menos favorecidas. Um grande número desses estudantes após certa idade não pode prescindir de trabalhar, seja nas tarefas e cuidados domésticos, seja para contribuir na renda mensal da família, garantindo sua sobrevivência. Com isso, é comum terem que parar de estudar antes mesmo de concluírem a Educação Básica.<sup>33</sup>

Para aqueles que completam essa etapa, passar no exame seletivo para o curso almejado é uma enorme vitória, mas que nem sempre é suficiente. Uma vez no Ensino Superior, muitos chegam à sala de aula cansados da jornada de trabalho, dos problemas laborais, dos longos e desconfortáveis deslocamentos e das poucas horas de sono, por conta, inclusive, das leituras e trabalhos acadêmicos que precisam realizar. Difícil acompanhar as aulas nessas condições.

Outros, afetados pela alta taxa de desemprego no nosso país, muitas vezes se sentem forçados a deixar de frequentar as aulas para economizar nos gastos em transporte, lanches e outras despesas e, assim, não desprover suas famílias dos recursos para necessidades consideradas essenciais. Frustrante enfrentar esse impasse.

Surdos e ouvintes nessas situações passam pelas mesmas dificuldades; mas, no caso dos estudantes surdos, outros problemas se agregam, fazendo com que tanto a competição por um lugar na Educação Superior quanto o desempenho demandado na vida universitária exijam deles um esforço ainda maior, conforme discorreremos a seguir.

## 2.1 Dificuldades anteriores ao acesso ao Ensino Superior

O esforço extra, requerido das pessoas surdas para ingressar na Educação Superior, começa bem antes de se submeterem ao exame vestibular ou ao Exame Nacional do ensino Médio (Enem).<sup>34</sup> Na realidade, são barreiras linguísticas e culturais que até hoje os

---

<sup>33</sup>Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, divulgada em julho passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e repercutida pela mídia, nosso país tem 10,1 milhões de jovens de 14 a 29 anos que não frequentam a escola nem concluíram o Ensino Médio. Os dados mostram que o abandono escolar se agrava a partir dos 15 anos. Metade dos rapazes alegaram que abandonaram a escola porque precisavam trabalhar. Entre as meninas, 23,8% disseram que deixaram os estudos porque ficaram grávidas. Para mais informações, ver:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf)

<sup>34</sup>O Enem é a prova oficial, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, aplicada aos alunos para avaliar a qualidade do Ensino Médio no país. As notas obtidas no exame servem como seleção para ingresso nas universidades brasileiras.

acompanham ao longo de sua trajetória escolar, apesar das conquistas legais aqui já elencadas. De acordo com os comentários ainda atuais de Fernandes e Moreira,

Há uma clara contradição entre o que diz a letra da Lei – a educação bilíngue – e a prática cotidiana nas escolas – a educação especial. Na atual configuração da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a Libras não assume centralidade como língua principal na dialogia que envolve estudantes surdos nas escolas. Crianças surdas demandam essas experiências para se tornarem membros efetivos das comunidades linguísticas que lhes dariam o direito à Libras como língua materna. (FERNANDES E MOREIRA, 2014)

A despeito dos marcos legais dos anos 2000, pesquisas acadêmicas desenvolvidas em diferentes localidades<sup>35</sup> demonstram que, do início ao final dos anos de estudo, em muitas escolas ainda são oferecidas aos surdos condições pedagógicas desfavoráveis, seja por falta de recursos humanos mais bem preparados (profissionais surdos, professores bilíngues, intérpretes educacionais), falha nos elementos curriculares (ausência ou insuficiência de aulas de Libras e de Português para Surdos, por exemplo), inadequação da metodologia adotada (métodos que não contemplam a diferença surda em relação à linguagem, a traços culturais, à visualidade etc., assim como avaliações inapropriadas para surdos) ou carência de instrumentos didáticos específicos para atender a esse contingente de alunos.

Como consequência, ao final da Educação Básica é possível se observar o descompasso de conhecimentos e de competências dos alunos surdos em relação aos ouvintes, uma vez que suas potencialidades, em inúmeros casos, deixam de ser devidamente exploradas e desenvolvidas nas instituições de ensino.<sup>36</sup>

A essas condições escolares, juntam-se as escassas oportunidades oferecidas pela sociedade às pessoas surdas de participar na vida cultural, política, artística e científica do país e do mundo, carências que tendem a gerar defasagem de informações e conhecimentos

<sup>35</sup>Destacamos, entre outras, MACHADO (2008) e MESQUITA (2018).

<sup>36</sup>Não se pode deixar de dizer que mesmo em relação aos alunos ouvintes nosso Ensino Médio ainda deixa muito a desejar, conforme se pode constatar na análise dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em agosto de 2018, disponível em [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que-apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portug/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que-apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portug/21206).

pelos membros da população surda que não tenham recursos familiares para lhes dar apoio e suprir as consequentes lacunas na sua formação. Se hoje já é mais frequente a acessibilidade linguística para surdos sinalizantes em grandes pronunciamentos políticos pelo país, ainda são raros os espetáculos de teatro com interpretação em Libras, os filmes nacionais com legenda nos cinemas,<sup>37</sup> as janelas de interpretação nos telejornais, debates e programas de entrevistas, as atuações de intérpretes em museus, exposições e eventos políticos, culturais e literários de um modo geral.

Exíguas também são as produções culturais em Libras, abertas e disponíveis para consulta, abordando atualidades e favorecendo visão crítica dessas mesmas áreas, fundamentais para a inserção real na sociedade brasileira, exceção feita à TV INES, sobre a qual falaremos mais adiante.<sup>38</sup>

Não se está, aqui, ignorando o grande número de vídeos elaborados e postados na última década por autores e atores surdos no Youtube, em língua de sinais, e que contribuem para a constituição das identidades surdas, conforme analisado por Pinheiro e Lunardi-Lazzarin (2013). Mas chama a atenção o fato de que, segundo essas autoras, nessas produções, amplo destaque é dado a assuntos referentes aos tópicos ‘educação’ (32%), ‘entretenimento’ (17%) e ‘humor’ (16%), enquanto que apenas uma pequena parte se relaciona às categorias ‘notícias e política’ (8%) e ‘ciência e tecnologia’ (1%) que aqui estamos apontando como essenciais para a formação de cidadãos críticos e plenamente participativos na sociedade em que vivem.

Por outro lado, em termos de literatura, Karnopp aponta um aumento significativo de trabalhos em língua de sinais a partir de 2010, fazendo uma relação com o fato de a primeira turma do Curso de Letras-Libras da UFSC ter se formado naquele ano.

---

<sup>37</sup>Desde 2004 existe uma campanha chamada “[Legenda para quem não ouve, mas se emociona](#)”, criada pelo pernambucano surdo Marcelo Pedrosa. Alguns governos estaduais e municipais já adotaram medidas nesse sentido. Em 2016, Pernambuco sancionou a Lei nº 15.896, que garante aos surdos o direito de contar com legendas em películas nacionais e estrangeiras e com interpretação em Libras nos espetáculos teatrais. Em 2018, Piracicaba sancionou a Lei nº 8.864, que obriga os cinemas a exibirem legendas e audiodescrição.

<sup>38</sup>A TV INES é uma parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) e está disponível em <http://tvines.org.br>.

Percebemos um intenso aumento das produções culturais no ano de 2010, e identificamos esse grande aumento ao fato de que aí estão os acadêmicos do Letras-Libras, com produções relacionadas ao âmbito da disciplina de Literatura Surda e disponibilizadas no *Youtube*. (KARNOPP, 2013, p. 412)

Também com grande intensidade e frequência, observa-se na internet, em especial no Youtube, numerosa produção lexicográfica de Libras, seja por iniciativas individuais ou institucionais, sobretudo aquelas voltadas para sinais terminológicos referentes ao mundo da educação escolar e universitária. Tal movimento, especialmente nos últimos anos, nos parece refletir a maior presença de surdos nos contextos de ensino, incluindo cursos de graduação e pós-graduação, que motiva e demanda a criação de sinais para o vasto campo conceitual que caracteriza as diferentes áreas do conhecimento.

Vemos então um claro panorama de expansão dos usos da Libras que contribui para sua legitimação. O que a nosso ver ainda está por se construir são caminhos de acesso dos surdos à informação em geral, que lhes propiciem interlocução nos campos da política, da economia, das artes e da literatura em geral, das ciências, etc., favorecendo seu ingresso e continuação dos estudos com sucesso no Ensino Superior, tema de nossa discussão no presente trabalho. Seja por meio de mídias digitais com oferecimento de interpretação em Libras, seja por meio de materiais didáticos bilíngues (Libras-Língua Portuguesa) a serem disponibilizados nas instituições de ensino e bibliotecas.

## 2.2 Dificuldades quanto ao ingresso e permanência nas universidades

Nas últimas décadas, diversos avanços em políticas de democratização de acesso e permanência em todos os níveis da educação brasileira foram conquistados pelos cidadãos brasileiros: a Política Nacional de Educação Especial (iniciada em 1994 e posteriormente revista na perspectiva da educação inclusiva); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996), garantindo direitos de todos e de igualdade de condições para acesso e permanência na escola; o PROUNI - Programa Universidade para Todos (2004), com a concessão de bolsas para matrículas nas instituições de ensino superior privadas; o REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (2007); a UAB - Universidade Aberta do Brasil, rede de educação à distância (2006); o PNAES - Plano Nacional

de Assistência Estudantil (2008) para apoiar a permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Todas essas medidas objetivaram atender às camadas historicamente excluídas da Educação Básica e Superior e constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Apesar delas, e dos instrumentos legais citados anteriormente (Lei 10.436/2002 e Decreto 5.626/2005), ainda há diversas lacunas a serem preenchidas no que tange à população surda, objeto de nosso foco neste artigo.

O próprio Enem, que desde 2017 vem sendo aplicados aos surdos em Libras,<sup>39</sup> ainda continua a oferecer sérias barreiras aos candidatos surdos. A garantia do exame em língua de sinais é, sem dúvida, um passo importantíssimo, mas nenhuma língua é por si só suficiente para construir e produzir conhecimentos. Como já dissemos, é fundamental que a etapa escolar anterior ao exame – a Educação Básica – possa oferecer aos estudantes surdos condições pedagógicas e linguísticas adequadas para a aprendizagem dos saberes demandados nesse processo seletivo que envolve um extenso conjunto de conhecimentos em Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Linguagens (Português, Artes e uma língua estrangeira).

Quanto aos que conseguem chegar aos cursos de graduação, estudos realizados por diferentes pesquisadores (GUARINELLO *et al.*, 2009; CRUZ e DIAS, 2009; BISOL *et al.*, 2010; SANT'ANNA, 2016), apontam que as experiências de estudantes surdos universitários revelam condições adversas enfrentadas por esses alunos, sobretudo do ponto de vista linguístico, o que afeta seus processos de socialização e aprendizagem. Destacam-se: precárias condições de acessibilidade linguística devido à falta de intérpretes de Libras ou à atuação de intérpretes sem prática de interpretação educacional ou com pouco conhecimento dos conceitos e/ou dos sinais–termo referentes às áreas específicas das aulas;<sup>40</sup> inexistência de sinais para muitos conceitos teóricos; dúvidas terminológicas não esclarecidas no decorrer das aulas; pouca interação e troca de ideias com colegas e

---

<sup>39</sup>As provas agora são apresentadas em vídeos, nos quais os enunciados das questões e as opções de respostas estão gravadas em Língua Brasileira de Sinais.

<sup>40</sup>A expressão sinal-termo surgiu em 2012, criada por Enilde Faulstich, para denotar itens lexicais da Libras que nomeiam ou designam conceitos usados nas áreas especializadas do conhecimento e do saber. Para mais explicações a respeito, sugere-se consulta a PROMETI, COSTA & TUXI (2014) ou a <http://www.centrolexterm.com.br/notas-lexicais>.

professores ouvintes; carência de maior integração professor-intérprete nas aulas e nos processos avaliativos.

Tal situação, segundo os estudos mencionados, enseja pelo menos duas consequências preocupantes: os estudantes surdos muitas vezes se sentem desmotivados a exercerem papel ativo nas interlocuções entre professores e alunos; e dada à dinâmica das aulas, geralmente pensadas para alunos ouvintes, que podem ouvir e escrever ao mesmo tempo, os surdos poucas vezes têm um tempo reservado e planejado pelo professor para tomar notas, perdendo a oportunidade do registro de ideias-chave, de observações importantes etc.

Em pesquisa mais recente, Mesquita (2018) corrobora os resultados desses estudos destacando a permanência de barreiras ao acesso de estudantes surdos às universidades. Nas palavras da autora, “apesar das políticas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, são raras as oportunidades oferecidas aos surdos que atendam suas especificidades linguísticas” (p. 270). E chama a atenção para o fato de que ainda não se consolidou o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua nos contextos educacionais, apesar da existência de estudos acadêmicos no Brasil, há mais de 25 anos, sobre a necessidade de educação bilíngue de surdos.

Trabalhando com depoimentos de surdos concluintes do Ensino Médio de uma escola pública estadual de Pernambuco, usuários de Libras, a autora, em sua dissertação de mestrado, reflete sobre o acesso de candidatos surdos ao Ensino Superior. Segundo a maioria desses depoentes, a Língua Portuguesa ainda é o principal entrave aos seus estudos, sendo que...

...as soluções para viabilizar um processo de ingresso de forma mais equitativa estão no âmbito das políticas públicas, e as condições necessárias para chegar ao ensino superior não estão apenas em suas [dos surdos] potencialidades. (MESQUITA, 2018, p.269)

É importante lembrar que também ingressantes ouvintes no Ensino Superior, costumam, em grande número, chegar da Educação Básica com muitas defasagens de aprendizagem. Segundo dados do INEP, na última testagem do Programa Internacional de

Avaliação de Estudantes (PISA-2018)<sup>41</sup>, os participantes brasileiros apresentaram baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, com percentuais que vêm se repetindo desde 2009: 68,1% dos estudantes com 15 anos de idade não possuem conhecimentos equivalentes ao nível básico em matemática, 55% não dominam o básico em ciências e 50% não demonstram o mínimo de proficiência esperada em leitura para alunos do Ensino Médio. Complementando: apenas 0,2% dos alunos testados atingiram o nível máximo de proficiência em leitura. No universo dos países sul-americanos, o Brasil é o segundo pior no ranking sobre capacidade de compreensão de textos, desenvolvimento de cálculos e resolução de questões científicas.

Evidentemente esse panorama se reflete em nossas salas de aula do Ensino Superior e, mais ainda, com estudantes surdos usuários de Libras como primeira língua (L1) e de Língua Portuguesa (LP) escrita como segunda (L2). Para estes, o desafio de acompanhar as aulas e dar conta das tarefas requeridas se torna ainda mais complexo, evidenciando a necessidade de se instaurar um processo de letramento acadêmico bilíngue, sobre o qual passaremos a discorrer.

### **2.3 Acompanhamento das aulas e realização de tarefas: a questão do letramento acadêmico**

Universitários surdos ou ouvintes, em geral, mesmo aqueles que dominam bem a língua portuguesa escrita nos gêneros literário e jornalístico, principalmente nos primeiros períodos na faculdade, costumam apresentar dificuldade com respeito à leitura e escrita dos gêneros acadêmicos (artigos, resenhas, livros ou capítulos de livros teóricos, palestras científicas, dissertações etc.) – atividades que se caracterizam por...

---

<sup>41</sup>O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é um estudo comparativo internacional, realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, vinculando dados sobre seus backgrounds e suas atitudes em relação à aprendizagem e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola. O Brasil participa do Pisa desde o início da avaliação.

...práticas complexas que envolvem a orientação do aluno para o desenvolvimento de múltiplas competências, numa complexa inter-relação entre aspectos linguísticos, cognitivos e socioculturais. (BEZERRA, 2012, p.1)

Tais gêneros compreendem uma série de normas e convenções linguísticas e discursivas com as quais o aluno terá que se familiarizar a fim de corresponder às demandas do Ensino Superior. Os gêneros acadêmicos são produzidos por e para comunidades discursivas cujos membros compartilham propósitos comunicativos, e as bases teóricas utilizadas se materializam em uma arquitetura textual e um léxico terminológico específico de cada área do conhecimento inerente a essas produções. Ao se inserir nesse universo discursivo (oral, escrito ou sinalizado), o estudante estará diante do desafio de construir, sob orientação de seus professores, o que vem sendo chamado de *letramento acadêmico* que, tal como outros tipos de letramento, diz respeito a “um conjunto de práticas sociais situadas” (FIAD, 2015, p.5)

No caso dos estudantes surdos, as dificuldades e os desafios ao lidar com textos acadêmicos se potencializam, como se pode observar nas referências que mencionamos a seguir, todas relativas a pesquisas realizadas com surdos no Ensino Superior e divulgadas em artigos acadêmicos.

Os trabalhos aqui referenciados cobrem o período de 2009 a 2019, ou seja, estudos realizados após o decreto 5.626, de 2005, que assegurou o “reconhecimento da cidadania bilíngue da população surda brasileira, que utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma principal de comunicação cotidiana” (FERNANDES E MOREIRA, 2017, p. 128-129). Integrantes desse grupo, provavelmente o mais numeroso na comunidade surda brasileira (em comparação com os surdos que não se identificam com a língua de sinais), são os sujeitos das pesquisas que passamos a reportar a fim de traçarmos um rápido panorama dos desafios que marcam o letramento acadêmico de estudantes surdos.

Todas as investigações alinham-se ao conceito de letramento definido como desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita enquanto práticas sociais, ou seja, a inserção do sujeito nos usos significativos de leitura e escrita nos diferentes gêneros discursivos em diferentes contextos sociais. Nessa concepção, o indivíduo é considerado



letrado, se, para além de codificar e decodificar fonemas, é capaz de transitar numa diversidade de práticas de leitura e escrita situadas socioculturalmente.

Os estudos buscam compreender as condições de letramento de surdos universitários com base na percepção desses estudantes quanto à sua inclusão no ambiente acadêmico, com especial destaque a suas experiências de aprendizagem, que necessariamente envolvem leitura e escrita de gêneros textuais que veiculam os saberes especializados nas diversas áreas do conhecimento.

Guarinello *et al.* (2009) conduziram entrevistas com 20 surdos universitários de Curitiba e Florianópolis, autodeclarados proficientes em Libras, estudantes de diferentes cursos de graduação, abordando os hábitos e preferências de leitura e escrita desses sujeitos. Os entrevistados mencionaram uma diversidade de textos com que interagem cotidianamente, grande parte associados ao que Bakthin (1997) categoriza como gêneros primários, ou seja, aqueles que pertencem à produção discursiva típica de interações face a face, mais comuns em contextos informais. Entretanto, no contexto universitário, frisam as autoras, os alunos são fortemente convocados a “práticas de leitura e de escrita (textos acadêmicos, relatórios, provas, livros didáticos) geralmente associadas aos gêneros secundários” (p.117) que apresentam maior complexidade na temática e na construção composicional como ocorre no domínio de textos científicos.

Em outro estudo, realizado por Bisol *et al.* (2010), são entrevistados 5 surdos de graduação de uma universidade do sul do Brasil. Todos frequentaram escolas bilíngues de surdos no Ensino Fundamental e Médio contando com professores surdos. Em seus depoimentos, relatam que os principais desafios enfrentados na universidade dizem respeito a aprender a lidar com ambiente educacional majoritariamente ouvinte, dificuldades nas interlocuções com línguas diferentes, a falta de sinais específicos para diferentes áreas do conhecimento, a luta pela manutenção e valorização de seus referenciais identitários nas interações com ouvintes, a dinâmica das aulas mediadas por tradução simultânea, levando-os a apontar a importância de a universidade repensar as estratégias de ensino considerando as especificidades dos alunos surdos e a atuação do intérprete.

Cruz e Dias (2009) em pesquisa com 7 surdos universitários, a maioria cursando Pedagogia, objetivaram conhecer as condições de aprendizagem no nível superior em

instituições de 3 cidades da região norte de São Paulo. Os relatos desses estudantes, de acordo com a análise das autoras, apontaram: dificuldade em se inserir em ambiente majoritariamente organizado para ouvintes; a falta de uma língua compartilhada entre professores e alunos surdos; falta de intérpretes de língua de sinais, o que impõe dificuldades nas interlocuções entre todos, inclusive com colegas ouvintes; falta de preparo dos docentes para interagir com surdos. Todos esses fatores geram frustrações nos universitários surdos por não se sentirem com acesso ao conhecimento, provocando sentimento de rejeição e até a desistência do Curso.

Como argumenta Sant'Anna (2016), apesar da legislação favorável, a partir do decreto 5.626, que assegura a contratação de intérpretes de Libras, instrutores surdos, ensino de Libras nas licenciaturas e mudanças de critérios de avaliação do desempenho de estudantes surdos na escrita de português considerado como segunda língua, ainda não são observados efeitos nas vivências acadêmicas de surdos. Em pesquisa realizada pela autora com 6 surdos universitários, os depoimentos colhidos também indicam dificuldade de compreensão e produção de textos, especialmente do universo de gêneros secundários. Sant'Anna lembra que é preciso ter em mente que a maioria dos universitários surdos passa por escolarização regular, sem tradutores-intérpretes de Libras e sem professores preparados para lidar com esses estudantes, o que resulta em precária formação em língua portuguesa escrita, prejudicando o processo de letramento.

Sanches e Silva (2019) abordam a inclusão de estudantes surdos especificamente em um curso de Pedagogia de uma instituição privada brasileira. As entrevistas com 3 alunos surdos desse curso apontam que eles valorizam a convivência com os ouvintes, mas têm a sensação de que não há uma inclusão real pois falta conhecimento de Libras a alunos e professores ouvintes. Em consequência, eles se sentem tolhidos na sua participação em sala de aula, uma vez que todas as interlocuções são feitas em língua portuguesa ou via intérprete, quando eles são disponibilizados.

Em uma tentativa de oferecer respostas a esses desafios que acabamos de descrever, Fernandes e Moreira (2017) refletem sobre educação bilíngue de surdos no Ensino Superior e apresentam contribuições ao processo de letramento acadêmico bilíngue desses

estudantes desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná por meio de metodologia específica para criação de materiais bilíngues em diferentes gêneros textuais.

As autoras defendem que o processo inclusivo se constrói no diálogo entre pesquisadores e profissionais especializados e com a participação de estudantes surdos no planejamento das ações relativas ao acesso e permanência nessa universidade. Para elas, os desafios no processo de inclusão de surdos no ensino superior...

... demandam assegurar o direito linguístico à Libras como direito humano fundamental nas relações sociais/educacionais, em um espaço comum de aprendizagem, para estudantes surdos com perfis e competências comunicativas em Libras e Língua Portuguesa muito variados, em razão da pré-história educacional que vivenciaram promoveram, ou não, experiências de bilinguismo significativas na infância e juventude. (FERNANDES E MOREIRA, 2017, p.130)

esclarecem ainda, em consonância com as pesquisas aqui anteriormente referenciadas, que grande parte dos surdos concluintes do Ensino Médio revelam dificuldade em leitura e escrita por falta de vivência com gêneros textuais científicos (resumos, resenhas, artigos etc.), além de...

... fluência limitada, em sua própria língua de identificação, pela falta de oportunidade de ter vivenciado experiências de interlocução significativas em Libras nos campos da política, da literatura, da arte, das ciências exatas. Ou seja, a Libras não se constituiu língua de cultura ao longo da educação básica, a exemplo do que acontece com as línguas orais no processo educacional. (FERNANDES e MOREIRA, 2017, p. 139)

Sendo assim, o letramento no Ensino Superior para estudantes surdos usuários de Língua Portuguesa como segunda língua se constitui de um conjunto de desafios referentes ao enfrentamento dos gêneros textuais acadêmicos em virtude da...

...ausência de repertório lexical em Libras para sinalizar equivalentes na Língua Portuguesa, pela falta de experiência de interações verbais nessa esfera discursiva, pela complexidade dos conteúdos envolvidos nesse campo epistemológico. (*Ibidem*, p.140)

Reforçando a necessidade das instituições de ensino superior de se comprometerem com o letramento acadêmico bilíngue de surdos, Fernandes e Moreira defendem práticas de leitura e escrita acessíveis em Libras mencionando os seguintes

gêneros que passaram a ser produzidos nessa língua, a partir de 2007, na UFPR: editais de prova e de concursos públicos, prova bilíngue (Libras-Língua Portuguesa) no vestibular, materiais de apoio como textos-base das disciplinas (artigos e capítulos de livros) traduzidos para videolibras, critérios de correção de provas escritas condizentes com aprendizes de língua portuguesa como segunda língua, provas e materiais didáticos com linguagem verbal (Libras e legendas em LP) e referenciais não verbais (fotos, desenhos, símbolos) para auxiliar na construção dos sentidos. Os materiais didáticos traduzidos pelos tradutores-intérpretes seguem as normas técnicas da Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras da UFSC,<sup>42</sup> apresentam glossário e utilizam recursos semióticos e legendas. Com todos esses cuidadosos procedimentos, acreditam contribuir na constituição da Libras como língua de cultura na esfera acadêmica.

No Curso Bilíngue de Pedagogia do INES, várias ações também vêm sendo implementadas com a finalidade de aperfeiçoar o ambiente bilíngue de aprendizagem, na tentativa de favorecer o letramento acadêmico dos estudantes surdos, conforme descreveremos a seguir.

### **3 – OS SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO INES: LETRAMENTO BILÍNGUE EM CONSTRUÇÃO**

O INES, desde sua fundação em 1857, se caracterizou pela oferta de educação básica exclusivamente para alunos surdos. Cento e quarenta e oito anos depois, inicia-se em maio de 2006, em atendimento ao decreto 5.626 (Artigo 11, Parágrafo I)<sup>43</sup>, sua primeira experiência com ensino superior presencial para surdos e ouvintes, como já exposto no início deste artigo.

Três anos depois, em 2009, foi criado novo departamento no Instituto – o Departamento de Ensino Superior (DESU/INES) - que além do Curso Bilíngue de Pedagogia na modalidade presencial, foi gradativamente expandindo suas ações na graduação online, na

<sup>42</sup> Para mais informações <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>

<sup>43</sup> Art. 11, paragrafo I, do Decreto 5.626:

O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

- para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

pós-graduação e nas atividades de pesquisa e extensão. Todas essas ações foram sempre orientadas pelo compromisso desse departamento com a educação bilíngue de surdos e no aperfeiçoamento das condições de acessibilidade linguística nas interações cotidianas e nos contextos formais de aprendizagem (ensino, pesquisa e extensão), incluindo todos os que fazem parte desse universo: alunos surdos e ouvintes; docentes surdos e ouvintes, tradutores-intérpretes de Libras-Língua Portuguesa.

Coerentemente com esse compromisso, adotou-se desde 2006, como línguas de instrução, tanto o Português escrito quanto a Libras, em todo o cotidiano acadêmico do DESU. Tanto os cursos oferecidos (graduação, pós-graduação e extensão), quanto as temáticas de investigação a cargo de nossos atuais 18 grupos de pesquisa, dialogam fortemente com o campo da educação bilíngue de surdos.

Um bom exemplo dessa interlocução pode se ver no currículo do Curso Bilíngue de Pedagogia. A partir de 2015, após amplo debate (iniciado em 2013) entre os docentes do DESU, o currículo original, de 2006,<sup>44</sup> foi reorganizado<sup>45</sup> com a inserção de novas disciplinas que, acreditamos, imprimem diferencial significativo no contexto dos cursos de pedagogia em geral. Entre essas, destacamos as disciplinas ‘Libras’, ofertada em 4 períodos; ‘Língua Portuguesa’, abrangendo 5 períodos e ministrada separadamente em cada turma como primeira língua para estudantes ouvintes e como segunda língua para estudantes surdos; ‘Educação Bilíngue’, ‘Estudos Surdos’ e ‘História da Educação de Surdos’.

Como registrado no atual Projeto Pedagógico do Curso, em sua matriz curricular, “afirma-se um forte compromisso na formação de pedagogos surdos e ouvintes com ênfase na educação bilíngue Libras/Português.” (DESU/INES, PPC 2017-2019, p. 10)

Uma vez que essa ênfase se encontra em todas as ações acadêmicas do DESU, que, por isso mesmo, tem em seu corpo discente, além de estudantes surdos, muitos alunos ouvintes com boa proficiência de Libras em virtude de experiências familiares e/ou de trabalho com surdos, entendemos que o departamento tem um ambiente bastante propício ao desenvolvimento de um letramento bilíngue (Libras-Língua Portuguesa). Para tal, também

<sup>44</sup>Para mais informações sobre o PPC de 2006, consultar <http://www.ines.gov.br/images/desu/PPC-PEDAGOGIA-2006.pdf>

<sup>45</sup>Conforme já indicado na nota nº 8, o novo Projeto Pedagógico do Curso pode ser consultado em: [http://www.ines.gov.br/images/desu/2019/Projeto-Pedaggico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-PPC-2019\\_27\\_06novo.pdf](http://www.ines.gov.br/images/desu/2019/Projeto-Pedaggico-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-PPC-2019_27_06novo.pdf)

contribui a política afirmativa nas formas de ingresso, a política de valorização da Libras e a estrutura que há anos vem sendo tecida com a finalidade de oferecer boas condições de acessibilidade linguística aos surdos.

Entendendo essas ações como em constante processo de reflexão e reconstrução, passamos a descrevê-las:

#### (A)ACESSIBILIDADE

- Duplas de tradutores-intérpretes em todas as aulas e demais atividades acadêmicas do DESU (aulas na graduação e na pós-graduação, reuniões, eventos, orientações de trabalhos finais dos cursos, encontros de grupos de pesquisa, cursos de extensão etc.).

Destaca-se que, durante a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia do coronavírus, os tradutores-intérpretes passaram a trabalhar nas *lives*, aulas, reuniões e atividades acadêmicas diversas desenvolvidas remotamente pelos professores do DESU;

- Atividades de guia-interpretação, através do uso de Libras tátil e outros recursos voltados para alunos surdocegos;
- Editais bilíngues (Libras-LP) de todos os processos seletivos (vestibular; pós-graduação *lato e stricto sensu*; extensão e pesquisa);
- Apresentações de trabalhos em Libras por alunos surdos;
- Provas em Libras, em que o aluno surdo tem o direito de expressar seus conhecimentos em Libras, registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos, possibilitando ao aluno o direito de revisão de nota;
- Avaliações de trabalhos e/ou provas em língua portuguesa escrita levando-se em conta as especificidades dos estudantes surdos enquanto aprendizes de LP como L2;
- Opção por elaboração de trabalhos de conclusão de curso em Libras, segundo manual de monografia em Libras;

- Informes bilíngues sobre atividades referentes ao cotidiano acadêmico do DESU veiculados por meio de televisão colocada na entrada do DESU;
- Traduções de resumos de textos teóricos de LP para Libras efetuadas pela equipe de tradutores de Libras-Língua portuguesa do DESU;
- Auditório e totalidade das salas de aula do DESU equipadas com computador e *datashow* para garantir a utilização de recursos visuais.
- Equipamento de filmagem (filmadoras, tripés etc.) para possibilitar gravação em vídeo de apresentações e outros eventos acadêmicos, atividades de pesquisas, avaliações etc...

#### (B) POLÍTICA AFIRMATIVA E DE VALORIZAÇÃO DA LIBRAS

- Reserva de 50% de vagas para estudantes surdos em todos os processos seletivos;
- Ingresso na graduação com prova de Libras e de redação em português para candidatos surdos e ouvintes; as redações dos candidatos surdos são corrigidas com critérios condizentes com usuários de língua portuguesa como segunda língua por banca de docentes da área da linguagem do DESU;
- Formação continuada na aprendizagem de Libras para profissionais ouvintes, especialmente os professores;
- Dicionário bilíngue (Libras-Língua Portuguesa), em construção, denominado *Manuário Acadêmico e Escolar*, disponibilizado no site [www.manuario.com.br](http://www.manuario.com.br), constituído dos sinais denominativos de autores estudados no Curso, suas biografias em vídeos realizados em parceria com a TV INES, e sinais referentes ao mundo conceitual tratado nas diferentes disciplinas.

Na próxima seção, abordaremos especificamente o *Manuário* e sua contribuição para o ambiente bilíngue de aprendizagem do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES.

#### 4 – CONTRIBUIÇÕES DO *MANUÁRIO ACADÊMICO E ESCOLAR*

O Grupo de Pesquisa *Manuário Acadêmico*, coordenado pelas autoras deste artigo, encontra-se em atuação desde 2011 no Departamento de Ensino Superior (DESU) do INES.<sup>46</sup> O grupo é composto de professores, tradutores-intérpretes, alunos de iniciação científica, alunos da graduação e da pós-graduação, todos do INES, surdos e ouvintes, além de eventuais colaboradores externos. Seu objetivo mais amplo é contribuir para a realização de uma educação efetivamente bilíngue, com o uso mais equânime possível da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa escrita, tanto para a aquisição quanto para a produção de conhecimento, seja na Educação Básica, seja na Educação Superior.

O principal produto de trabalho desse grupo é o chamado *Manuário Acadêmico e Escolar*, mais conhecido apenas como *Manuário*. Trata-se de um dicionário terminológico acadêmico, multidisciplinar e bilíngue (Português-Libras / Libras-Português), em construção, contendo sinais-termo relacionados à área de Pedagogia e Ensino, além de sinais para nomear pensadores, autores, artistas e personagens históricos diretamente relacionados à área de Educação em geral e, em especial, à Educação de Surdos.

É indispensável enfatizar que o Grupo Manuário não é responsável por criar sinais terminológicos, já que acreditamos firmemente que...

... é na interação dialógica, colaborativa, viva de situações de imersão no conhecimento, envolvendo pares surdos, intérpretes e professor que a constituição de léxico específico (sinais para termos técnicos) deve ser refletida e proposta. (FERNANDES E MOREIRA, 2017 p. 134- 135).

Ou seja, os novos sinais nascem nas interações construídas em sala de aula e o Grupo Manuário pesquisa e registra esse movimento vivo de criação lexical em Libras.

Lançado em 2016 e em constante construção, o *Manuário* é disponibilizado online para o público em geral,<sup>47</sup> e conta, atualmente, com um acervo de mais de 1.200 sinais-termo rigorosamente validados pela comunidade acadêmica do Instituto.<sup>48</sup> Acresce-se a eles perto de uma centena de sinais, igualmente validados, nomeando personalidades

<sup>46</sup>Para maiores informações sobre o Projeto Manuário, ver FAVORITO & MANDELBLATT, 2018.

<sup>47</sup>Conforme já mencionado, o *Manuário* pode ser acessado em [www.manuario.com.br](http://www.manuario.com.br).

<sup>48</sup>Detalhes sobre o Projeto e o Produto *Manuário*, objetivos, metodologia de trabalho, micro e macro estruturas etc. podem ser encontrados em MANDELBLATT e FAVORITO (2018).



destacadas pelos professores da Educação Básica, da Graduação e da Pós-graduação e que fazem parte das bibliografias de suas disciplinas, acompanhados de verbetes apresentados em formato de programas televisivos produzidos pela TV INES – primeira *webTV* inteiramente em Libras, com legendas e locução em Português.<sup>49</sup> Cada Programa Manuário mostra, através de um(a) apresentador(a) surdo(a), o sinal e um pouco da vida, da obra e da contribuição para a área da Educação de um dos indivíduos selecionados.

Até o momento, as entradas no *Manuário* só podem ser feitas em língua portuguesa, mas a equipe vem trabalhando na pesquisa e construção de um motor de busca que permita, também, realizar consultas por meio da configuração de mãos que inicia cada sinal,<sup>50</sup> tornando o produto efetivamente bidirecional, ou seja, com entradas tanto em Português quanto em Libras.

Conforme já tratado em outras publicações de nossa autoria,<sup>51</sup> as contribuições que o *Manuário* vem oferecendo para a educação de surdos, tanto nas escolas quanto no Ensino Superior, podem ser observadas a partir de diferentes perspectivas: o campo dos estudos da linguagem em geral, o campo de estudos das propriedades lexicais da Libras e o campo da aplicabilidade desses estudos para os estudantes surdos e suas necessidades quanto ao desenvolvimento de um letramento acadêmico bilíngue (Libras – Língua Portuguesa) e intercultural.

Em primeiro lugar, julgamos pertinente afirmar que esse empreendimento de validação, registro e divulgação de sinais vem resultando em uma ferramenta reconhecidamente útil para estudantes surdos, tradutores-intérpretes de Libras, professores de surdos e pesquisadores das línguas de sinais. Tal afirmativa deriva-se de diferentes fontes: o uso feito pelos alunos durante as aulas no INES, presenciado pelas próprias autoras, relatos de professores e intérpretes do INES e de outras faculdades e universidades, pesquisas e análises encontradas em artigos e demais trabalhos acadêmicos da graduação e da

---

<sup>49</sup>A TV INES foi produto de uma parceria do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) e funcionou entre 2013 e 2021. Com o fim dessa parceria, os vídeos passaram a ficar hospedados no Youtube.

<sup>50</sup>A configuração de mão é um dos 5 componentes básicos (parâmetros) que constituem a estrutura dos sinais. Os demais são: ponto de articulação, orientação ou direcionalidade, movimento e expressão facial e corporal.

<sup>51</sup>Ver MANDELBLATT E FAVORITO (2018 e 2016); FAVORITO *et al.* (2012).

pós-graduação de diferentes instituições,<sup>52</sup> além do número sempre crescente de acessos ao produto, registrado por um contador automático existente no próprio *site*.

Aos alunos, na medida em que a aquisição dos sinais seja devidamente acompanhada da compreensão dos conceitos a que se referem e do aprendizado dos correspondentes lexicais em Português, vem favorecendo tanto no esforço de construir sentido das informações que lhes são passadas pelos docentes e intérpretes, quanto nas tentativas de compreender os textos acadêmicos que precisam ler. Além disso, vem se constituindo num sólido suporte, tanto para a escrita, quanto para a produção em Libras, de trabalhos acadêmicos para diferentes disciplinas.

Aos intérpretes, o *Manuário* vem servindo como recurso de consulta e pesquisa, ajudando na construção de estratégias lexicais e discursivas em Libras para desempenho mais eficaz em suas atividades laborais realizadas em parceria com os professores.

Aos docentes, vem propiciando aproximação mais direta com os alunos surdos, através de maior e melhor conhecimento da língua de sinais nas suas especificidades terminológicas, fortalecendo a efetivação da Libras não apenas como língua de convívio, mas também como língua de instrução.

Aos estudiosos das línguas, especialmente a brasileira de sinais, e de seus instrumentos de registro, o trabalho do Grupo *Manuário* vem ofertando subsídios e fontes de pesquisas através de sua produção teórica, divulgada em publicações acadêmicas e em eventos nacionais e internacionais através da participação das líderes do grupo.<sup>53</sup> E não poderíamos deixar de frisar o papel que cumpre o *Manuário* como uma fonte primária de pesquisa, tanto para estudos sociolinguísticos de sinais terminológicos que representam uma variedade local atual da Libras, quanto para investigações futuras interessadas na diacronia da língua.

Em segundo lugar, parece-nos pertinente mencionar a “usabilidade” do produto *Manuário*, conforme definido por Ferreira e Leite (2003), *apud* Sofiato (2019):

---

<sup>52</sup>Como exemplos, podemos citar, entre outros, os trabalhos de SANT'ANNA (2016), MARTINS (2019) e SOFIATO (2019).

<sup>53</sup>Referimo-nos a Fóruns Bilíngues, Seminários, Simpósios, Congressos etc. em diversos estados brasileiros e também no exterior.

Usabilidade é a característica que determina se o manuseio de um produto é fácil e rapidamente aprendido, dificilmente esquecido, não provoca erros operacionais, oferece alto grau de satisfação para seus usuários e resolve de maneira eficiente as tarefas para as quais ele foi projetado. Para garantir a usabilidade de um *site*, deve-se dar atenção aos seus requisitos não funcionais, para garantir que a informação dada ao usuário seja de qualidade. (SOFIATO, 2019, p. 99)

Em sua análise detalhada no capítulo em questão, além de apontar essas características no *site* do *Manuário*, Sofiato destaca, ainda, a existência de “muitos sinais novos para a Libras, algo extremamente necessário e urgente frente às demandas nacionais, sobretudo a educacional” (Idem, p. 104).

Nesse sentido, mesmo durante o período da pandemia do novo coronavírus o Grupo *Manuário* não interrompeu suas atividades, ainda que de forma remota, pesquisando, registrando e divulgando sinais criados e/ou utilizados nas redes sociais e nos programas da TV INES para veicular informações sobre o vírus e a COVID -19.

Da mesma forma, o Grupo passou a pesquisar, divulgar e registrar sinais referentes aos Estudos de Gênero, tema de inúmeras publicações, *lives*, e entrevistas utilizadas ou realizadas em atividades remotas promovidas pelos docentes do INES durante o período de isolamento ou distanciamento social.

Finalmente, cabe enfatizar que o fato de o *Manuário* registrar os sinais em circulação na comunidade acadêmica do INES não significa nosso entendimento de que essa seja a única forma correta de se comunicar em Libras. Como enfatiza Karnopp,...

... ao referirmos a Libras, isso não significa que ela seja utilizada da mesma forma por todos os surdos brasileiros. Como qualquer outra língua, ela está sujeita às variações regionais, adequando-se aos aspectos históricos, sociais e culturais das diferentes comunidades em que é utilizada. (KARNOPP, 2013, p.408)

Desta forma, ...

...ao estudarmos as línguas de sinais, estamos tratando também das relações entre linguagem e sociedade. A linguística, ao estudar qualquer comunidade que usa uma língua, constata, de imediato, a existência de diversidade ou variação, ou seja, a comunidade linguística (no caso aqui investigado, a comunidade de surdos) se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de usar a língua de sinais. A essas diferentes maneiras de

fazer sinais, utiliza-se a denominação de “variedade linguística”. (KARNOPP, s/d, p. 6-7, *apud* MARTINS e STUMPF, 2016, p. 52)

Em relação à linguagem do dia a dia, essas variações não parecem oferecer problemas à comunicação entre as pessoas. No caso da linguagem considerada acadêmica, no entanto, nas línguas orais há uma estabilidade no uso do léxico terminológico, entre outras razões pelo fato de o gênero acadêmico ser necessariamente registrado na variedade padrão das línguas e circular, sobretudo, pela escrita. Mas, na Libras, parece haver um fenômeno diferente: os sinais terminológicos apresentam grande variação.

Assim, é intenção do Grupo Manuário, vir a registrar variações dos sinais utilizados na academia em relação aos conhecimentos de cunho científico adotadas em diferentes pontos do Brasil, acolhendo, atualizando e divulgando as necessárias movimentações de expansão da Língua Brasileira de Sinais e fortalecendo os processos de legitimação da Libras, para que os surdos usuários dessa língua, como cidadãos plenos, possam transitar cada vez mais em igualdade de condições junto aos ouvintes nos lugares por eles crescentemente ocupados na sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que *[a educação bilíngue]* não seja apenas um desafio para professores e alunos, mas um desafio da política educacional nacional, considerando as especificidades do ensino e da aprendizagem da pessoa surda. (MESQUITA, 2018, p. 271)

Nesse artigo, procuramos refletir sobre vivências de estudantes surdos em instituições de ensino superior. Pelo exposto, observamos que, apesar de avanços consideráveis em termos de garantias de direitos linguísticos na legislação vigente, ainda há muitas ações a serem implementadas a fim de que universitários surdos tenham boas condições de acesso ao conhecimento e, portanto, possam se sentir incluídos.

Em primeiro lugar há que se pôr em prática melhorias significativas na Educação Básica oferecida a crianças e jovens surdos, com classes e escolas bilíngues, formação continuada de professores e aporte de verbas governamentais para que os agentes educacionais possam promover projetos pedagógicos de qualidade. Investir numa base de

qualidade na educação, evidentemente terá reflexos nas condições acadêmicas dos ingressantes nos cursos de graduação.

No Ensino Superior, é necessário contar com boas equipes de tradutores-intérpretes, de preferência do quadro efetivo das universidades, a fim de não só assegurar acessibilidade linguística em sala de aula, como também em todas as inúmeras atividades acadêmicas que fazem parte da formação superior. Além disso, os docentes precisam ser apoiados para conhecerem e aprenderem a lidar com as especificidades linguísticas dos surdos a fim de interagir adequadamente com esses alunos.

No momento atual, como mencionamos, já há algumas iniciativas de apoio efetivo ao letramento bilíngue de estudantes surdos como, por exemplo, nos cursos de Letras-Libras da UFSC, na UFPR e no Departamento de Ensino Superior do INES. Entretanto não se pode concluir que todas as questões envolvidas no letramento bilíngue de surdos já estão resolvidas nesses espaços, pois as ações são todas muito recentes, com pouco mais de uma década e, como sabemos, os processos educativos necessitam de muito tempo para se consolidarem.

Importante também considerar que não se pode pensar em letramento acadêmico bilíngue na educação de surdos somente com foco nos alunos; há que se considerar o letramento bilíngue de todos os agentes educativos, ou seja, a comunidade acadêmica ouvinte que representa o entorno internacional das universidades. Além disso, a forte demanda por criação de material didático e acadêmico bilíngue ainda se constitui em grande desafio a ser enfrentado com equipes multidisciplinares e verbas alocadas para essa finalidade. Referimo-nos a glossários técnicos bilíngues (Libras-Língua Portuguesa), textos teóricos traduzidos em Libras, entre outras produções.

O *Manuário Acadêmico*, que desenvolvemos no DESU, figura entre as possibilidades de material didático específico para registro e divulgação de sinais terminológicos em circulação em nossos Cursos. Pretende-se futuramente a ampliação desse trabalho com a verbalização, em Libras, dos sinais que o compõem.

A garantia de sucesso e a ampliação de propostas e projetos como os que abordamos nesse artigo voltados a estudantes surdos dependem não somente das instituições que se comprometem em incluí-los, mas de políticas públicas que viabilizem essas iniciativas,

entendendo que “ensinar exige risco, aceitação do novo, e rejeição de qualquer forma de discriminação”. (FREIRE, 2009, p. 35).

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. O Orçamento Participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: Dagnino, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 261-306.

BEZERRA, B.G. Letramentos acadêmicos na perspectiva dos gêneros textuais. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 247-258, out./dez. 2012.

BISOL, C. A.; C. B. VALENTINI; SIMIONI, J. L. e ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.612/2011, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 07/01/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

BRASIL. Portaria Normativa do MEC nº 11, de 09/08/2006, publicada no DOU em 10/08/2006. (Prolibras). Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/4/245>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: [https://ead.ufsc.br/files/2008/07/3\\_decreto\\_5800.pdf](https://ead.ufsc.br/files/2008/07/3_decreto_5800.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 e o art. 18 da Lei nº 10.098. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)

BRITO, Fábio Bezerra de. Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais. *The especialista*. Volume 40. Número 3. Ano 2019.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, E. **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAVORITO, W.; MANDELBLATT, J.; FELIPE, T. A.; BAALBAKI, A. (2012). Processo de expansão lexical da Libras: estudos preliminares sobre a criação terminológica em um Curso de Pedagogia. In: **LSI: Lengua de Señas e Interpretación**, nº 3, 89-102. Montevideu, 2012.

FERNANDES, S. e MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. especial, p. 127-150, dez. 2017.

FERNANDES, S. e MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69, Editora UFPR.

FIAD, R. S. Algumas considerações sobre os letramentos acadêmicos no contexto brasileiro. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 6, pág. 23-34, jan. / jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GUARINELLO, A. C.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P. O.; BORTOLOZZI, K. B. SCHEMBERG, S.; FIGUEIREDO, C. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p.99-120, jan.-abr. 2009.

KARNOPP, L. B. Produções culturais em língua brasileira de sinais (Libras) In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 407-413, jul./set. 2013.

MACHADO, P. C. **A Política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MANDELBLATT, J. **Políticas públicas, (des)igualdade de oportunidades e ampliação da cidadania no Brasil: o caso da educação de surdos (1990-2014)**. 2014. 263 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MANDELBLATT, J. e FAVORITO, J. A Expansão e o Registro do Léxico Terminológico em Libras: a contribuição do Manuário Acadêmico do INES. In: **Revista Espaço, INES**. ISSN 0103-7668 (impresso) e 2525-6203 (eletrônico), vol. 49, p. 153 - 172, jan.- jul. 2018.

MANDELBLATT, J. Aspectos da Trajetória Histórica da Dicionarização da Língua Brasileira de Sinais: da Iconografia de Sinais a um Manuário Acadêmico. In: **Livro de Atas do XI Congresso Luso-Brasileiro de**

**História da Educação (COLUBHE) / Investigar, Intervir e Preservar: Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira.** Eixo 1: Fontes, Métodos e Técnicas de Investigação. V. único, pp. 228 - 243. Porto, Portugal: Ed. CITCEM, 2016.

Disponível em: [web3.letas.up.pt/colubhe/actas/eixo1.pdf](http://web3.letas.up.pt/colubhe/actas/eixo1.pdf)

MARTINS, A. F. G. **O Processo de Inclusão do Aluno Surdo que Perpassa pela Interação Familiar: os passos para a produção do DVD.** (2019). Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão). Universidade Federal Fluminense.

MARTINS e STUMPF, M. R. Coleta e registro de sinais-termo psicológicos para Glossário de Libras. In: **Revista Leitura** v.1, nº 57, p.35 – 59, jan. jun. 2016.

MESQUITA, L. S. Políticas Públicas de Inclusão: o acesso da pessoa surda ao ensino superior. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 255-273, jan./mar. 2018.

MONTEIRO, M. S. Mestres e Doutores Surdos: Sobre a crescente formação Especializada de pessoas surdas no Brasil. In: **Centro virtual de cultura surda. Revista virtual de cultura surda**, ISSN 1982-6842, nº 23, maio de 2018.

Disponível em: [http://editora-arara-azul.com.br/site/revista\\_edicoes](http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes)

PINHEIRO, D. e LAZZARIN, M. L. L. Produções Culturais Surdas no YouTube: estratégias de produção, negociação e consumo de identidades. In: **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol 10 - n. 21 - 2013, p.121-153.

Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/334/376>

PROMETI, D; COSTA, M.R.; TUXI, P. Sinal-termo, Língua de Sinais e Glossário bilíngue: atuação da Universidade de Brasília nas pesquisas terminológicas. In: **Anais do I CONALIBRAS – UFU**, 2015.

Disponível em: [http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/comunicacao\\_oral.html](http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/comunicacao_oral.html).

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, I. R. e SILVA, P. B. da. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. **Revista Portuguesa de Educação**, 32(1), 2019, pp. 155-172.

SANT'ANNA, L. F. A. **A Construção de um Dicionário Acadêmico Bilíngue Português-Libras / Libras-Português.** (2016). TCC (Graduação em Pedagogia). INES.

SOFIATO, C. G. Glossário Virtual de Língua Brasileira de Sinais: constituição e usabilidade. In: Corrêa, Y. e Cruz, C. R. (Orgs.) **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**, p. 95 - 105. Porto Alegre: Penso, 2019.

Data do envio: 03/06/2021

Data do aceite: 10/03/2021